



CLIMA NA PRÁTICA

Gestão de Risco

Contextualização	2
Ação 1 Criar uma equipe para gerenciar o plano de gestão de riscos em seu município	2
Defina um responsável para o plano de gestão de riscos.....	2
Defina uma equipe para formar um comitê político de gestão de riscos.....	3
Crie uma equipe de Defesa Civil para seu município	3
Envolve representantes das secretarias municipais nas reuniões do comitê.....	4
Ação 2 Monitorar aspectos meteorológicos	4
Assine boletins meteorológicos, hidrometeorológicos, de risco de fogo e seca, que contenham análise climática	5
Alinhe com a Defesa Civil estadual para efeito de acompanhamento, monitoramento e divulgação dos alertas para comunidade.....	6
Realize a leitura sistemática e alimente um banco de dados	6
Realize diagnósticos de risco com equipe própria ou por meio de convênios	6
Ação 3 Implementar um sistema de monitoramento de riscos climáticos	7
Cadastre as famílias presentes nas áreas de risco	7
Implemente um sistema de monitoramento e alerta.....	8
Crie um sistema de comunicação comunitária	8
Utilize os dados coletados para propor ações de adaptação	9
Ação 4 Criar e implementar um plano de gestão de riscos	9
Mapeie áreas de risco em seu município.....	10
Elabore um plano de gestão de riscos	10
Implemente as medidas previstas em seu plano e o divulgue para a comunidade	11
Monitore as áreas de risco e os resultados das ações de seu plano de gestão de riscos.....	11
Ação 5 Criar, implementar e validar uma Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC)	12
Crie um projeto de lei de criação de COMPDEC e o regulamente por meio de decreto	12
Nomeie membros e conselheiros por meio de uma portaria e valide junto à defesa civil estadual.....	13
Treine sua equipe quanto à proteção e Defesa Civil.....	14
Prepare-se para ser capaz de atender possíveis desastres.....	14

Contextualização

Na ferramenta “Clima na Prática”, a temática “Gestão de Riscos” corresponde diretamente aos objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS)¹:



Um dos efeitos das alterações climáticas é a ocorrência mais frequente de eventos drásticos que podem levar a catástrofes como inundações, deslizamentos de terra, entre outros. Nesse contexto, é preciso criar mecanismos e ações para aumentar a capacidade das cidades e seus habitantes em lidar com eventos desse tipo a fim de reduzir os prejuízos socioeconômicos aos menores índices possíveis. Dessa forma, as cinco ações propostas por essa temática fornecem ao administrador municipal sugestões de medidas que o auxiliarão a incorporar essa preocupação às atividades da prefeitura e à legislação municipal pertinente. Assim, o sucesso na implantação das ações contribuirá para tornar seu município mais bem adaptado às mudanças climáticas previstas para sua região.

Ação 1

Criar uma equipe para gerenciar o plano de gestão de riscos em seu município

Tanto o desenvolvimento quanto a implementação de um Plano de Gestão de Riscos de desastres municipal é bastante complexo e envolve a participação de diversas secretarias e profissionais com diferentes especialidades. O objetivo desta ação é fornecer ao Plano os recursos humanos necessários para execução adequada de todas as suas fases.

INICIAR

D

Defina um responsável para o plano de gestão de riscos

Geralmente, o Plano de Gestão de Riscos fica a cargo da equipe de defesa civil do município, no entanto, não há nada que impeça o comando do Plano por outros órgãos ou secretarias municipais. Entretanto, deve ser colocado como responsável pelo Plano alguém com comprometimento e liderança política a fim

de garantir legitimidade e uma articulação política adequada ao Plano.

Deve ser apontado também um funcionário técnico para fazer a gestão do Plano. Esse deve ter as atividades envolvendo o Plano como sua principal responsabilidade e dedicar a maior parte de sua carga horária a esse Plano. Ele será o encarregado de

¹ Os ODS têm como propósito cooperar na implantação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Saiba mais em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

conduzir reuniões, acompanhar o cronograma, propor a articulação entre secretarias, apresentar resultados, atuar como ponto focal para demais técnicos e

representantes eleitos, garantir a participação de outros atores-chaves do território nos Grupos de Trabalho, entre outras incumbências.

CONSOLIDAR C

Defina uma equipe para formar um comitê político de gestão de riscos

De maneira geral, o objetivo do Comitê é acompanhar a elaboração do Plano de Gestão de Riscos previsto pela ação 04-05 - *Gestão de Riscos - Criar e implementar um Plano de Gestão de Riscos*. O Comitê também pode seguir o cronograma de elaboração, definir e acompanhar os objetivos e os indicadores, avaliar os próximos passos, entre outros. Assim, para garantir o real engajamento em torno do Plano de Gestão de Riscos, sugere-se que o comitê seja formado por:

- Prefeito ou Secretário que acompanha o Plano;

- Gerente do Plano e sua equipe;
- Técnicos responsáveis por cada temática do Plano;
- Outros agentes associados e relevantes à agenda: agências municipais, sindicatos, empresas públicas, autoridades locais territoriais, etc.

Recomenda-se que as reuniões ocorram mensalmente com ao menos um representante dos atores convidados presente. No entanto, o calendário de reuniões pode ser revisto conforme necessidade.

DECOLAR B

Crie uma equipe de Defesa Civil para seu município

Verifique se há em seu município uma equipe de Defesa Civil preparada para atender aos chamados e eventos de desastre que ocorrem em sua cidade. Caso

não exista, é de extrema importância criar essa estrutura, a fim de permitir a futura implementação das medidas previstas em seu Plano de Gestão de Riscos.



Você sabia?

De acordo com o diagnóstico de Capacidades e Necessidade Municipais em Proteção e Defesa Civil, 70,9% dos municípios de pequeno porte da região sudeste possuem coordenadoria municipal de proteção e defesa civil. Veja em <http://surl.li/pbwup>

Envolva representantes das secretarias municipais nas reuniões do comitê

O trabalho de secretarias de Urbanismo e Trânsito, por exemplo, afetam e são afetadas pelas políticas de gestão de desastres. Dessa forma, é essencial proporcionar uma articulação entre todos os representantes de suas secretarias municipais a fim de garantir a legibilidade, a coerência e a abrangência das ações

propostas. Assim, procurem debater temas como:

- A articulação das iniciativas a médio e longo prazo;
- Uma visão comum do futuro da cidade;
- A utilização de bases de dados comuns;
- Os mecanismos de consulta e participação pela população.

Ação 2

Monitorar aspectos meteorológicos

O monitoramento dos aspectos meteorológicos na sua cidade pode ser de grande valia na adaptação de sua cidade aos efeitos das mudanças climáticas, uma vez que eventos extremos podem ser previstos e medidas para reduzir possíveis danos podem ser aplicadas. Com o monitoramento é possível prever a ocorrência de chuvas intensas, períodos de estiagem, chegadas de frentes frias, entre outros. Órgãos como a Defesa Civil podem ser acionados para atender as áreas que apresentam maior risco e determinar um conjunto de ações em resposta ao impacto previsto quando é detectado um evento com potencial de causar danos econômicos ou sociais. Em suma, o acompanhamento dos aspectos meteorológicos em sua cidade cria a oportunidade da prefeitura se planejar para receber eventos climáticos de maiores proporções.



Você sabia?

A Defesa Civil da cidade de Belo Horizonte encaminha mensagens de texto aos celulares dos moradores cadastrados sobre situações de risco potencial em função do clima. O monitoramento abrange condições meteorológicas e também da variação do nível dos córregos da cidade quase em tempo real. A Defesa Civil também possui um canal nas redes sociais, dando mais detalhes acerca da previsão do tempo. Mais detalhes em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/defesa-civil>



Dica:

A administração municipal pode aproveitar as informações meteorológicas, para monitorar as condições na lavoura e assim apoiar agricultores na tomada de decisão. Assim, é possível mensurar fatores que influenciam no gerenciamento das atividades em uma fazenda, como a direção dos ventos, a precipitação acumulada na safra, a temperatura média durante um período, dentre outros.

Assine boletins meteorológicos, hidrometeorológicos, de risco de fogo e seca, que contenham análise climática

O primeiro passo para você executar e apoiar sua população é assinar os diversos boletins meteorológicos, hidrometeorológicos, de risco de fogo e seca, dentre outros existentes no país. A partir dessas informações, caso seja detectado algum evento extremo ou mudança brusca, você pode avisar sua população, seja por rádio, redes sociais, TV, *site* da prefeitura ou outro meio. Alguns desses boletins podem ser assinados nos respectivos órgãos:

- *Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)*: é o órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo objetivo é fornecer informações meteorológicas à sociedade brasileira. Este objetivo é alcançado por meio de monitoramento, análise e previsão de tempo e de clima. Para assinar o boletim acesse o site <http://www.inmet.gov.br/>.
- *Clima Tempo*: é um site de meteorologia que traz boletins e informações sobre o tempo em todas as regiões do Brasil. O *site*, que apresenta informações sobre o clima em qualquer cidade do país, possui um *plug-in* que permite inserir a

previsão do tempo no seu *site*, *blog* ou portal.

Acesse:

<https://www.climatempo.com.br/tempo-no-seu-site/>.

- *Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)*: o instituto opera o Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais (SIMGE) desde 1997, que faz a vigilância e a previsão do tempo e do comportamento hídrico diariamente. Com detalhamento na escala regional, fornece produtos personalizados às atividades de preservação ambiental, socioeconômicas e de defesa da população, com ênfase nos fenômenos adversos como enchentes, estiagens e temporais severos. O sistema pode ser acessado através do link: <http://www.simge.mg.gov.br/>
- *Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)*: o centro monitora quase mil cidades no Brasil, consideradas prioritárias quanto à gestão de riscos. Para mais detalhes acesse: <https://www.cemaden.gov.br/>



Você sabia?

O INMET possui um aplicativo em apoio à Agricultura. O SISDADRO PRODUTOR e o Agro+ Clima, aplicativos que funcionam tanto em sistemas Android quanto sistemas IOS. O primeiro aplicativo é uma versão destinada a atender produtores, agrônomos e trabalhadores do campo. Ele permite o cálculo do balanço hídrico, mapas diversos, perdas e produtividades. Essas informações podem ser extraídas de pontos específicos ou das estações mais próximas da coordenada GPS do usuário. O sistema possui dados de estações automáticas, convencionais e virtuais. Também possui dados de previsão dos próximos 5 dias e uma base climatológica de dados. Já o segundo aplicativo permite a visualização, por qualquer usuário, da previsão do tempo e o acúmulo de chuva em todas as cidades do país.

CONSOLIDAR C

Alinhe com a Defesa Civil estadual para efeito de acompanhamento, monitoramento e divulgação dos alertas para comunidade

Antes de realizar a divulgação de alertas à comunidade, é imprescindível que o alerta esteja alinhado com a Defesa Civil estadual, de maneira que eles possam dar o parecer antes do alerta e de forma a evitar avisos falsos que coloquem a população em sinal de atenção. Isso dá mais segurança e confiabilidade aos alertas, uma vez que

alertas incorretos podem gerar desconfiância na população.

Além disso, para efeitos de acompanhamento e monitoramento da quantidade de alertas enviados, a Defesa Civil estadual deve ser acionada para que possa registrar esses avisos.

DECOLAR B

Realize a leitura sistemática e alimente um banco de dados

Um boletim que registre um evento extremo pode passar despercebido em meio às atividades rotineiras da prefeitura. Dessa forma, destaque uma pessoa e um suplente na administração pública para ficar responsável pela leitura desses boletins. Assim, em caso de alteração climática, esse servidor poderá alertar a Defesa Civil para que ela tome as ações cabíveis.

É importante também criar e alimentar um banco de dados para que seja possível ter um histórico sobre as condições climáticas da cidade. Esse banco pode ser útil de diversas formas, inclusive para a composição de cenários futuros através de modelos matemáticos.

EXEMPLAR A

Realize diagnósticos de risco com equipe própria ou por meio de convênios

Realizar diagnósticos de risco na sua cidade pode ser uma importante ferramenta para o planejamento urbano futuro. Em posse dos dados de riscos, a prefeitura poderá, por exemplo, identificar as principais regiões de ocorrência de enchentes e propor soluções para equacionar o problema. Esta etapa está ligada parcialmente à ação 03 – 07 – *Estratégia – Realizar um diagnóstico inicial nas temáticas do Plano de Ação Climática Municipal (PLACM)*.

Para isso, utilizando equipe própria, consultoria contratada ou parcerias com instituições ou universidades, avalie todos os dados meteorológicos e históricos disponíveis e os compile com uma metodologia bem determinada. Por exemplo, sua equipe pode cruzar os dados de pluviosidade histórica com os dados de ocorrências de enchentes na sua cidade para determinar as regiões mais críticas. Se quiser avançar ainda mais, pode-se gerar cenários de pluviosidade ou utilizar modelos regionais já estimados. Assim, pode-se fazer uma previsão dos potenciais

eventos de risco que podem ocorrer em seu município no futuro.

Não se esqueça de considerar eventuais obras e intervenções efetuadas em cada

região, pois uma região que era vulnerável pode não ser mais em função de alguma intervenção realizada. Caso utilize cenários, avalie futuras obras e seus efeitos sobre os riscos e impactos futuros.

Ação 3

Implementar um sistema de monitoramento de riscos climáticos

Um sistema de monitoramento de riscos climáticos integra observações por satélite, dados em terra e modelos de previsão para monitorar e prever as mudanças no clima. Um registro histórico de medições pontuais é construído ao longo do tempo, fornecendo dados para análise estatística e a identificação de valores médios, tendências e variações. Quanto mais informação disponível, mais o clima pode ser compreendido e mais precisamente as condições futuras podem ser avaliadas inclusive em nível local. Isso se tornou particularmente importante no contexto das mudanças climáticas uma vez que a variabilidade climática aumenta e os padrões históricos mudam. Nesse contexto, a prefeitura pode estudar a implementação de um sistema do tipo na sua cidade para monitorar riscos e ameaças, prevendo assim potenciais impactos.



Você sabia?

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), órgão, ligado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) faz o monitoramento e a emissão de alertas de risco de chuva, buscando emitir alertas para evitar desastres como deslizamentos de terras e enxurradas.

Saiba mais em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br>

INICIAR

D

Cadastre as famílias presentes nas áreas de risco

Para começar, é importante que o seu município cadastre todas as famílias presentes em áreas de risco. Tal cadastramento auxiliará nas atividades de monitoramento e servirá como fonte de informações para a elaboração de políticas públicas ligadas a essas comunidades, especialmente se elas forem carentes e/ou vulneráveis.

Seja o mais detalhado possível nesse cadastro, registrando dados do terreno, da edificação, das famílias e de seus ocupantes. Posteriormente, essas áreas poderão receber intervenções para minimização dos impactos ou os moradores poderão ser retirados em razão do risco.

CONSOLIDAR C

Implemente um sistema de monitoramento e alerta

Há muitas vantagens em ter um sistema de monitoramento climático abrangente e confiável. A previsão do tempo é inestimável para muitos setores, particularmente a agricultura. Decisões sobre quais culturas plantar, quando plantar e quando colher são cruciais e quanto mais preciso o tempo pode ser previsto, melhores decisões podem ser tomadas.

A observação do clima é geralmente realizada por centros meteorológicos nacionais e outros órgãos especializados. Eles fazem medições e observações em horários e locais predefinidos, monitorando a atmosfera, os sistemas oceânicos e terrestres. Além disso, diversos órgãos são capazes de medir as condições de superfície, o que é relativamente fácil de ser feito com o uso de equipamentos como termômetros (mede a temperatura), barômetros (mede a pressão atmosférica),

higrômetro (mede a umidade), anemômetro (mede a velocidade do vento), cata-vento (mede a direção do vento), pluviômetro (mede a precipitação) e piranômetro (mede a radiação solar).

Considerando todas essas variáveis, a administração municipal pode estudar a implementação de um sistema de monitoramento e alerta na sua cidade. Também podem ser consideradas parcerias com outros órgãos para ajudá-lo a monitorar condições futuras e alertar a sua população, uma vez que esse sistema pode ser bastante caro.

O alerta à população de um evento extremo pode ser realizado através de sirenes (nos locais mais vulneráveis) ou através de mensagens de texto enviadas para o celular das pessoas cadastradas. Rádio, TV e redes sociais também são importantes instrumentos.

DECOLAR B

Crie um sistema de comunicação comunitária

A comunicação comunitária pode ser feita através da participação e do compromisso com a comunidade e usando diversas ferramentas. É uma forma de democratizar a informação e é realizada através de informes, avisos, campanhas, entre outros voltados diretamente à comunidade.

A prefeitura da sua cidade pode promover a comunicação comunitária sobre riscos climáticos através de rádios comunitárias (convencionais ou via internet), televisão comunitária, jornais de bairro, canais em plataformas de compartilhamento de vídeos, redes sociais, entre outros. Isso

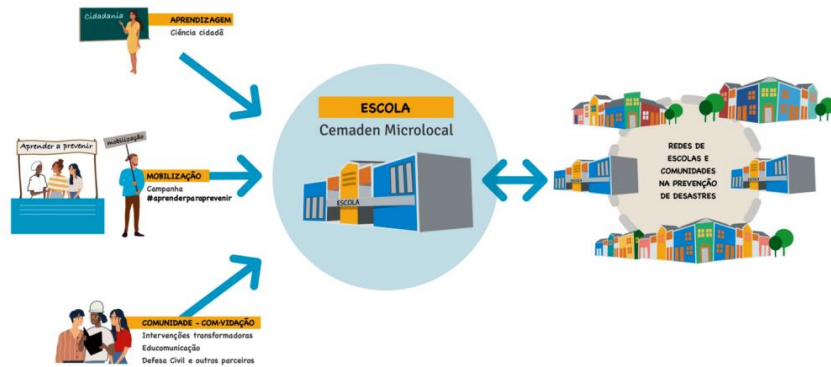
deverá garantir que a população tenha acesso e domínio sobre o conteúdo que é transmitido, dessa forma, quando o assunto for relacionado ao clima, a população pode se apropriar do tema.

Portanto, em caso de uma intensa chuva, representantes das comunidades, que possuem acesso ao sistema de comunicação, podem reportar a situação *in loco*. É importante que essas pessoas sejam treinadas para ter equilíbrio na comunicação com a comunidade, sem criar alertas demasiadamente exagerados ou alertas que desconsideram riscos.



Dica:

Existe um programa do Cemaden Educação que tem o objetivo de contribuir para a geração de uma cultura de percepção e prevenção de riscos de desastres. Cada escola participante pode se tornar um CEMADEN micro-local, espaço para realizar pesquisas, monitorar o tempo e o clima, compartilhar conhecimentos, entender e emitir alertas de desastres.



Fonte: Cemaden Educação

Saiba mais: <https://educacao.cemaden.gov.br/sobre-nos/>

EXEMPLAR

A

Utilize os dados coletados para propor ações de adaptação

Utilizando os dados coletados pelas estações meteorológicas, seja ela local ou virtual, de propriedade da prefeitura ou de outro órgão/instituição parceira, avalie eventuais intervenções ligadas à adaptação climática para a sua cidade.

Por exemplo, se sua cidade tem presenciado maiores níveis de precipitação e essa tendência se manterá no futuro, obras podem ser realizadas para reduzir as chances de inundações e assim reduzir a vulnerabilidade das comunidades próximas. A proposição de intervenções desse tipo

exige uma análise específica dos problemas enfrentados na sua cidade, pois as soluções podem ser bastante singulares para cada região do município.

Nesse sentido, levante os principais riscos, impactos, os dados climatológicos, os cenários climáticos e busque se antecipar ao futuro, promovendo um plano de ação de longo prazo que considere ações adaptativas e de aumento de resiliência da sua cidade e de suas comunidades. Não tenha medo de propor metas ambiciosas.

Ação 4

Criar e implementar um plano de gestão de riscos

A elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos faz parte do programa de Prevenção de Riscos conduzido pelo Ministério das Cidades. O documento tem como objetivo a melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários e a redução dos riscos através da urbanização e regularização desses espaços. Nesse sentido, o Plano de Gestão de Riscos auxiliaria na definição de estratégias e medidas para promover a adaptação do município às

mudanças climáticas, tornando-o preparado para enfrentar eventos climáticos adversos. Assim, os passos dessa ação visam facilitar o desenvolvimento dessa ferramenta pelo administrador municipal.

INICIAR

D

Mapeie áreas de risco em seu município

Para que a prefeitura possa desenvolver medidas capazes de reduzir as chances e os efeitos de catástrofes, primeiramente é preciso definir a quais tipos de eventos seu município está suscetível. Dessa forma, a gestão municipal pode propor junto a seus parceiros a determinação das áreas de risco em seu território a fim de definir os seguintes pontos:

- Condições de riscos (geológico, geotécnico, hidrológico);

- Distribuição espacial dos eventos;
- Hierarquização do risco;
- Estágio atual do evento;
- Probabilidade de ocorrência;
- Fatores que interferem no evento;
- Vulnerabilidade dos elementos em risco.

Quanto mais detalhada sua análise, mais abrangentes e assertivas serão as medidas propostas a partir delas.



Você sabia?

O documento *Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos* elaborado pelo governo federal traz conceitos, iniciativas e até orientações para abordagem do tema sob o âmbito municipal. Acesse o link <https://acesse.one/UtaYo> para mais informações.

CONSOLIDAR

C

Elabore um plano de gestão de riscos

Uma vez que a gestão municipal entenda com clareza a que tipo de desastres a população de seu município está exposta, ela se tornará capaz de definir medidas e políticas claras e eficazes de mitigação e adaptação a esses problemas. O Plano de Riscos pode ser elaborado por diferentes órgãos da prefeitura, sendo geralmente o próprio órgão de proteção e defesa civil o responsável por buscar financiamento e a articulação com outras secretarias. Veja dentro do contexto da prefeitura de seu município o que se apresenta como melhor alternativa para desenvolvimento desse Plano. A própria equipe de gestão de riscos definida na ação *01-05 Gestão de Riscos - Criar uma equipe*

para gestão de riscos em seu município pode ser designada para a tarefa.

De maneira geral, para que as ações propostas pelo Plano de Gestão de Riscos do seu município sejam abrangentes e eficazes, procure considerar três tipos diferentes de abordagem do tema, visando:

- Eliminação ou redução dos riscos: atue sobre o próprio processo por meio da implantação de medidas estruturais ou sobre a consequência removendo os moradores das áreas de risco;
- Impedimento da formação de áreas de risco: aplique um controle efetivo da forma de uso e ocupação do solo por meio

de fiscalização e de diretrizes técnicas que possibilitem a ocupação adequada e segura de áreas suscetíveis a riscos geológicos e hidrológicos;

- Convivência com os problemas: busque o convívio com as situações de risco dentro de níveis razoáveis de segurança.

Adiante, estabeleça indicadores de desempenho e metas de curto, médio e longo

prazo para cada medida. Lembre-se que as metas devem ser ambiciosas, porém tangíveis, e prever o aumento da capacidade do município em gerir desastres ao longo do tempo. Já os indicadores precisam ser capazes de dizer, na futura fase de acompanhamento, se as ações implementadas trouxeram, ou não, os resultados esperados. Não crie indicadores desnecessários, vazios ou duplicados.

DECOLAR

B

Implemente as medidas previstas em seu plano e o divulgue para a comunidade

Tão importante quanto discutir e elaborar estratégias e ações para administrar a ocorrência de possíveis desastres em seu município é garantir que todas elas sejam implementadas conforme o planejado. Dessa forma, busque recursos técnicos e financeiros junto a órgãos do governo estadual e federal; capacite sua equipe para atuar de forma preventiva e corretiva; atue em conjunto com institutos de pesquisa e universidades. Em

paralelo, dialogue de maneira intensa com a população, principalmente aquela que habita áreas de eminente risco. Informe as pessoas sobre os riscos a que estão submetidas e treine-as sobre como agir na ocorrência de um evento de desastre. Garanta que procedimentos como os de evacuação da área, por exemplo, estejam sempre atualizados e que haja simulações periódicas.



Exemplo:

Em 2018, a prefeitura de Belo Horizonte ofereceu a moradores de áreas de riscos treinamento de primeiros socorros e comportamentos de segurança para casos de enchentes, desabamentos e deslizamentos. Veja mais em <https://bit.ly/2ltH7UG>.

EXEMPLAR

A

Monitore as áreas de risco e os resultados das ações de seu plano de gestão de riscos

Uma vez que o seu Plano de Gestão de Riscos de desastres for implementado conforme previsto, é necessário medir sua eficácia e continuar o acompanhando, verificando as áreas de maior chance de ocorrência de catástrofes. Para isso, conforme estabelecido em outras ações, utilize os indicadores de desempenho definidos no momento de sua elaboração, para avaliar as mudanças

provocadas pelas medidas implantadas sobre as ocorrências em questão. É imprescindível garantir também que as ações sejam sempre reforçadas por sua equipe de gestão de riscos junto à população, para que os habitantes do município estejam sempre sensíveis aos problemas e soluções relacionados aos desastres.

A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) é o órgão responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil em um município. A criação da COMPDEC na sua cidade é de grande importância para que haja rapidez na resposta a algum evento. A ação de outros órgãos pode ser demorada e a COMPDEC pode garantir que a população esteja organizada, preparada e orientada sobre como agir na ocorrência de desastres. Para a criação de uma COMPDEC, é necessário um projeto de lei e seu efetivo decreto, assim é possível nomear os membros que irão compô-la.

**Você sabia?**

Atualmente, Minas Gerais possui COMPDECs instaladas em 782 municípios. Uma cidade que não possui o Órgão de Proteção e Defesa Civil fica desprovida de ações de prevenção, mitigação e preparação da comunidade para o enfrentamento dos desastres. Além disso, a cidade sem o Órgão de Proteção e Defesa Civil não recebe recursos federais do Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional destinados à reconstrução de áreas atingidas por desastres.

**Exemplo:**

A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Patos de Minas através do Comitê Cidade Resiliente realiza visitas técnicas em diversas empresas como parte das ações preventivas desencadeadas nos municípios da região do Alto Paranaíba e Noroeste mineiro. A iniciativa faz parte da Campanha Mundial das Nações Unidas e da Estratégia Internacional para Redução dos Riscos de Desastres (UNISDR), “Construindo Cidades Resilientes, Minha Cidade está se Preparando”. O Comitê atua fiscalizando e identificando possíveis riscos e ameaças. Saiba mais: <https://l1nk.dev/yoVvg>

INICIAR**Crie um projeto de lei de criação de COMPDEC e o regulamente por meio de decreto**

Para iniciar, crie um projeto de lei para a criação da COMPDEC. O projeto de lei municipal deve conter de forma resumida a criação do órgão municipal de proteção e defesa civil no município, explicando conceitos básicos (como Proteção e Defesa Civil, Desastres, Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública) e sua composição (definida a partir da estrutura da prefeitura, do histórico de desastres, do perfil da população, entre outros fatores).

O projeto de lei deve ser assinado pelo prefeito e enviado para a Câmara de Vereadores para votação. Após o processo legislativo, é necessária a sanção e promulgação da respectiva lei, que entra em vigor. A lei ainda precisará de regulamentação, portanto, para este fim, crie um decreto, ato do Poder Executivo que só necessita da assinatura do Prefeito. Ele irá complementar a lei, expondo as competências e atividades a serem desenvolvidas pelas seções (áreas funcionais).

**Dica:**

A Defesa Civil de Minas Gerais disponibiliza um modelo de Projeto de Lei para o seu município. Com alguns ajustes você já pode encaminhá-lo à Câmara. Para acessá-lo use o link: <https://bit.ly/2lyF1Cq>

CONSOLIDAR C**Nomeie membros e conselheiros por meio de uma portaria e valide junto à defesa civil estadual**

O próximo passo é criar uma portaria para nomear os membros que irão exercer as atividades da COMPDEC e os membros do Conselho. Idealmente são feitas duas portarias para cada um dos órgãos. Após este passo, a COMPDEC estará legalmente criada, devendo ser publicada no Diário Oficial do município.

É importante que você busque validação junto à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC-MG). Dessa forma, quando tiver a portaria publicada, envie uma cópia de toda a documentação para a CEDEC, incluindo dados completos do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil. Isso

garante apoio da CEDEC em caso de desastre na sua cidade e facilita o contato.

Os membros da Coordenadoria devem ser servidores municipais remunerados que atuem em campo (por exemplo com análise de área de risco, planejamento e execução de campanhas educativas, etc.). Já os membros do Conselho são membros de secretarias da prefeitura e representantes de órgãos e entidades do município que não são remunerados. O Conselho é um órgão de caráter deliberativo e consultivo e aprova políticas municipais de Proteção e Defesa Civil e planos e programas elaborados pela COMPDEC.

**Atenção!**

Caso haja troca de funcionários, expede-se apenas uma nova portaria pela administração, não sendo necessário modificar a estrutura da COMPDEC. Além disso, não é possível realizar a designação de Policial Militar ou Bombeiro Militar da ativa para exercer a atividade de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil. Estes podem apenas participar do Conselho.

DECOLAR B**Treine sua equipe quanto à proteção e Defesa Civil**

Para que a equipe da COMPDEC esteja preparada para lidar com os desafios da sua cidade, busque cursos, treinamentos e palestras voltadas à capacitação de recursos humanos na área de proteção e

defesa civil. O Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais (GMG) promove diversos eventos ao longo do ano de forma gratuita. Fique atento!

**Atenção!**

Após a criação legal da sua COMPDEC, entre em contato com a CEDEC-MG através dos telefones (31) 3915-0992, (31) 3915-0247 ou (31) 3915-

0229 para agendamento da capacitação básica em proteção e defesa civil, tanto para o Coordenador, quanto para os demais membros nomeados.

EXEMPLAR

A

Prepare-se para ser capaz de atender possíveis desastres

Para que a sua COMPDEC esteja preparada para lidar com emergências e desastres, é necessário, em primeiro lugar, buscar a prevenção dos desastres. Para este fim, a COMPDEC poderá realizar: mapeamento das áreas de risco da sua cidade; campanhas educativas para alertar as comunidades, principalmente as carentes e mais vulneráveis; desassoreamento dos rios; preservação das matas ciliares; limpeza de esgotos e bueiros; contenção de barrancos; medidas estruturais e não estruturais empreendidas para limitar o impacto adverso das ameaças naturais e tecnológicas, e da degradação ambiental; dentre outras.

Em seguida, a cidade precisa se preparar para emergências e desastres, ou seja, criar atividades e tomar medidas para assegurar uma resposta eficaz frente ao impacto das ameaças. Para este fim, a COMPDEC poderá realizar: planejamento de contingências; capacitação básica em proteção e defesa civil; reserva de equipamentos e de suprimentos; desenvolvimento de rotinas para a comunicação de riscos; capacitações e treinamentos e exercícios simulados de campo.

Durante um desastre, a COMPDEC deve prestar serviços de emergência e de assistência pública. Após o desastre deve-se avaliar o cenário destruído e buscar sua recuperação e reconstrução.



Dica:

Não se esqueça de levar em consideração cenários futuros relacionados às mudanças climáticas, para propor ações de prevenção. Com a atuação da COMPDEC, sua cidade pode se tornar mais resiliente e preparada aos desafios da mudança do clima.

MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

E EXPERTISE
FRANCE
GROUPE AFD

 **AFD**
AGENCE FRANÇAISE
DE DÉVELOPPEMENT